

BOAS PRÁTICAS



Cerco ao comércio de trabalhos acadêmicos

“Fábricas de ensaios” podem se tornar ilegais no Reino Unido, em estratégia para combater fraudes disseminadas no ensino remoto

O governo do Reino Unido propôs uma reforma na legislação educacional que, se for aprovada, tornará ilícita a venda de trabalhos acadêmicos. A Câmara dos Comuns começou a discutir em outubro uma nova regulação para as instituições de ensino superior, com o objetivo de garantir formação de alta qualidade a profissionais em áreas consideradas estratégicas, como engenharia, energias limpas e manufatura. Um dos dispositivos do projeto propõe transformar em crime as atividades das chamadas “fábricas de ensaios”. São sites da internet que, em troca de dinheiro, produzem trabalhos encomendados por estudantes, comprometendo, assim, a integridade do processo de avaliação de desempenho acadêmico. “Essas empresas são completamente antiéticas. Depreciam o esforço realizado pela maioria dos alunos e ainda lucram com isso”, afirmou à BBC Alex Burghart, subsecretário de Estado para Aprendizagem e Competências, subordinado ao Departamento de Educação do Reino Unido.

A detecção desse tipo de fraude é difícil. Muitos serviços oferecem garantias de que os trabalhos são bem escritos e imunes aos softwares antiplágio, mas, quando o embuste é identificado pelos professores, os estudantes são punidos. Já as fábricas de ensaios não sofriam nenhuma consequência no Reino Unido, dada a ausência de legislação sobre seu funcionamento.

Durante a pandemia, as universidades investiram na supervisão remota das provas on-line. Muitas contrataram serviços de empresas especializadas em monitorar estudantes durante a realização de exames, bloqueando seus navegadores da internet e vigiando-os pelas câmeras de seus notebooks. Mas há evidências de que a cola ganhou espaço com a migração do ensino presencial para o on-line e que as opções para trapacear ficaram mais numerosas. A Agência de Garantia de Qualidade para a Educação Superior, um órgão fiscalizador das universidades do Reino Unido, contabilizou 932 fábricas de ensaios em operação atualmente, ante 638 em 2018. Um levantamento recente feito pelo jornal *Financial Times* mostrou que um trabalho de história de mil palavras encomendado por um aluno de graduação sai por £ 124, o equivalente a pouco menos de mil reais, e demora uma semana para ficar pronto. Já uma dissertação de mestrado com 15 mil palavras é cotada a £ 4 mil, o equivalente a R\$ 30 mil – é preciso, nesse caso, fazer a encomenda com dois meses de antecedência. Segundo o diário, já houve casos de sites que chantagearam estudantes, ameaçando denunciá-los aos professores, por causa de atrasos no pagamento.

Se não há dúvida sobre o caráter fraudulento das fábricas de ensaios, outros serviços on-line de apoio a estudantes atuam na fronteira entre a mentoria personalizada e a cola sob encomenda. Aplicativos como os das empresas Chegg e Course Hero, sediadas na Califórnia, oferecem assinaturas mensais de US\$ 10 a US\$ 20 que dão aos estudantes acesso a soluções de milhões de questões de provas e de livros didáticos armazenados em seus bancos de dados, além de oferecer suporte para o dever de casa.

Os usuários podem pedir ajuda para resolver problemas a especialistas com pós-graduação em matemática, ciências, engenharia, entre outras disciplinas. Só a Chegg mobiliza uma rede de 70 mil profissionais *freelancers* sediados na Índia. Eles se dividem em turnos, tornando o serviço on-line disponível ininterruptamente, e fornecem o resultado e a resolução de questões apresentadas pelos assinantes às vezes em menos de 15 minutos – tempo curto o suficiente para fraudar provas realizadas remotamente. A empresa conta com 4,9 milhões de assinantes e teve receitas de US\$ 198 milhões no último trimestre. “A trapaça agora é terceirizada internacionalmente, envolve

empresas de bilhões de dólares e é impulsionada por capitalistas de risco e investidores de Wall Street”, escreveu Karen Symms Gallagher, especialista em educação on-line da Universidade do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos, em um artigo publicado em outubro no jornal *Los Angeles Times*. “Esse tipo de fraude não corrompe apenas o indivíduo de má-fé. Também corrói a fé em nosso sistema educacional, nos alunos honestos e nos profissionais de quem dependemos para criar tecnologias que realmente sirvam à interação humana e à boa tomada de decisões”, sustenta a professora.

Um levantamento feito por pesquisadores do Imperial College London, publicado no *International Journal for Educational Integrity*, analisou o número de pedidos submetidos ao Chegg em cinco áreas do conhecimento (ciência da computação, engenharia mecânica, engenharia elétrica, física e química) e comparou dois momentos: entre abril e agosto de 2019 e o mesmo período em 2020. Observou-se um aumento no volume de pedidos de 196%. Não foi possível avaliar quantas dessas solicitações vieram do Reino Unido, mas os resultados foram usados na exposição de motivos na reforma da legislação. “Os alunos foram forçados a estudar remotamente durante a pandemia, longe do bem-estar e do apoio do *campus*. Muitos ficaram desesperados e os serviços fraudulentos procuraram tirar proveito disso”, disse Chris Skidmore, ministro das universidades do Reino Unido entre 2019 e 2020, ao jornal *The Guardian*.

Na avaliação de Karen Gallagher, proibir o funcionamento das fábricas de ensaios, como se propõe no Reino Unido, pode ajudar a contê-las. Ela menciona o exemplo da Austrália, que banuiu essas empresas em 2019 e obteve bons resultados, mas afirma que medidas complementares podem ser necessárias. “Empresas de meios de pagamento como Visa e PayPal deveriam parar de atuar como intermediárias entre os serviços fraudulentos e os estudantes”, sugere.

A empresa britânica de serviços educacionais Pearson publicou em outubro um relatório sobre a prevalência de trapaças em trabalhos de estudantes em que faz recomendações para as universidades. O documento cita uma pesquisa com 7 mil alunos de graduação de vários países em 2020, na qual 30% diziam não confiar em sua capacidade de produzir trabalhos com a qualidade exigida pelos professores. A Pearson sugere que as instituições ofereçam mais suporte técnico e emocional para estudantes em dificuldades e ampliem as atividades de mentoria para desenvolver trabalhos acadêmicos, em geral disponíveis apenas em dias úteis e em horários que os alunos precisam assistir às aulas. ■ **Fabício Marques**

Integridade em tempos de ciência aberta

A sexta edição do Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações (Brispe) discutiu entre os dias 28 e 29 de outubro formas de estimular comportamentos éticos e promover a integridade científica em um ambiente marcado por uma dinâmica de colaboração científica cada vez mais vigorosa, acesso aberto ao conhecimento e amplo compartilhamento de dados, no que se convencionou chamar de ciência aberta. Mais de uma centena de participantes, entre especialistas em ética, editores de periódicos, representantes de agências de fomento, pesquisadores e estudantes, acompanhou as palestras, mesas-redondas e um minicurso. O encontro teve a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como as principais instituições organizadoras e foi realizado virtualmente pela plataforma Zoom, em decorrência da pandemia.

Na avaliação de Sonia Vasconcelos, pesquisadora do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis (IBqM), da UFRJ, a relação da integridade científica com a ciência aberta é cada vez mais estreita, com efeitos sobre a cultura de pesquisa e a interface entre os cientistas e o público. “A percepção sobre conduta responsável em pesquisa vem sendo influenciada por esse ambiente acadêmico que promove maior escrutínio dos pares e do público sobre a atividade científica e, ao mesmo tempo, espaços ca-

da vez mais colaborativos entre diferentes atores dentro e fora de universidades e centros de pesquisa”, afirma Vasconcelos, que presidiu o evento em colaboração com Carmen Penido, da Fiocruz.

Essa transformação, ela explica, vem tendo impacto no processo de avaliação de pesquisadores e de resultados de pesquisa e na compreensão do que são suas contribuições à sociedade. “Ao mesmo tempo, o sistema de recompensas na ciência, muito atrelado a uma cultura que ainda privilegia critérios quantitativos, tem um desafio gigante para reconhecer, mais objetivamente, práticas que são essenciais para a qualidade e confiabilidade da ciência, incluindo as contribuições de revisão de artigos científicos, por exemplo”, afirma Vasconcelos. Essas preocupações do Brispe ecoaram temas discutidos na 6ª Conferência Mundial sobre Integridade Científica, que aconteceu em 2019 e resultaram nos Princípios de Hong Kong (*ver Pesquisa FAPESP n° 281*).

Entre os palestrantes internacionais, um dos destaques foi Lex Bouter, epidemiologista da Universidade Livre de Amsterdã e coordenador-geral da organização da VII Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa, programada para acontecer na Cidade do Cabo, África do Sul, em meados de 2022. Ele ressaltou a importância de rediscutir a cultura de comunicação científica vigente de modo a também valorizar a divulgação de pesquisas que alcançaram resultados nulos ou negativos. Esse tipo

de estudo tem menos probabilidade de ser publicado em revistas e em geral é relegado pelos próprios autores, que o encaram como uma espécie de fracasso. Mas omitir resultados negativos em um determinado experimento pode sobrevalorizar achados positivos obtidos por outros grupos, mascarando a realidade e produzindo vieses.

A pesquisadora Elizabeth Heitman, do Programa de Ética em Ciência e Medicina da Universidade do Sul do Texas, falou sobre a responsabilidade dos pesquisadores em lidar com um público que não necessariamente sabe como a ciência funciona, enquanto Glenn Hampson, fundador e diretor do Open Scholarship Initiative, organização patrocinada pelas Nações Unidas que desde 2014 se dedica a estudos sobre ciência aberta, mencionou as limitações dos países de baixa renda para custear a disponibilização de dados de pesquisa em repositórios ou pagar taxas de publicação de artigos em acesso aberto em periódicos de prestígio. Outro tema abordado foi o da diversidade, no qual Abel Packer, diretor da biblioteca de revistas de acesso aberto SciELO Brasil, discutiu as realidades e desafios associados às assimetrias no processo de institucionalização da ciência aberta e, ao mesmo tempo, destacou os avanços que o Brasil vem alcançando por meio do programa SciELO para promover a quebra de barreiras de acesso ao conhecimento acadêmico e políticas públicas de comunicação científica.